

# O CUSTO DA JUSTIÇA

Entre 2011 e 2023, despesas do poder Judiciário cresceram mais de 162%;  
justiças estaduais e do trabalho são as mais custosas

133,4  
bilhões

foi o custo total do Judiciário em 2023

POR ELSA VILLON, JOÃO BARBOSA E PAULO FEHLAUER

Antonio Augusto/STF

Qual é o peso do Judiciário sobre o orçamento do país? Segundo dados do relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as despesas em todos os ramos do Judiciário apresentaram alta de 162% entre 2011 e 2023, indo de R\$ 50,8 bilhões para R\$ 133,4 bilhões. O aumento mais recente foi de 9%, já considerada a correção da inflação pelo IPCA.

Os dados estão disponíveis no portal do CNJ, assim como o relatório, divulgado em maio deste ano. A série histórica começa em 2009 e o ritmo de crescimento só é interrompido em 2020, quando há uma leve queda, que coincide com o início da pandemia de covid-19. A aceleração é retomada em 2022, com um aumento de quase 12% em apenas um ano.

As justiças estaduais, representadas pelos Tribunais de Justiça (TJ), e do Trabalho, pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), foram as mais custosas do período. Em 2023, as despesas totais dos TJs impactaram os cofres públicos em R\$ 83,56 bilhões, correspondendo a 63% do total, enquanto os TRTs custaram R\$ 23 bilhões, 17% do total. Na outra ponta está a Justiça Militar, representada pelos Tribunais Militares da União (R\$ 684 milhões) e estaduais (R\$ 235 milhões).

Se a Justiça Estadual consome a maior fatia do bolo, é nela também que está a grande maioria dos processos: 25,3 milhões de documentos baixados em 2023, ou 72% de todo o volume do Judiciário, estavam nos TJs estaduais. De acordo com o CNJ, um processo é considerado baixado quando é remetido para outros órgãos judiciais competentes, instâncias superiores ou inferiores, arquivado definitivamente ou quando há decisão transitada em julgado e é iniciada a liquidação, o cumprimento ou a execução.

Proporcionalmente, o baixo custo da Justiça Militar da União se converte no mais alto custo por processo entre todos os ramos: com apenas 5.921 documentos baixados no ano passado, a despesa por processo é 35 vezes maior do que a da justiça estadual.

Um fator que agrava a situação é a baixa arrecadação do Judiciário, que não acompanha o crescimento das despesas. Em 2023, houve uma queda de 3% na atividade, quando comparada a 2022, com apenas R\$ 68,7 bilhões arrecadados, ou 52% das despesas.

- Militar Estadual
- Militar Federal
- Superior
- Eleitoral
- Federal
- Trabalho
- Estadual

Em R\$ bilhões

Fonte: CNJ, Justiça em Números 2024.

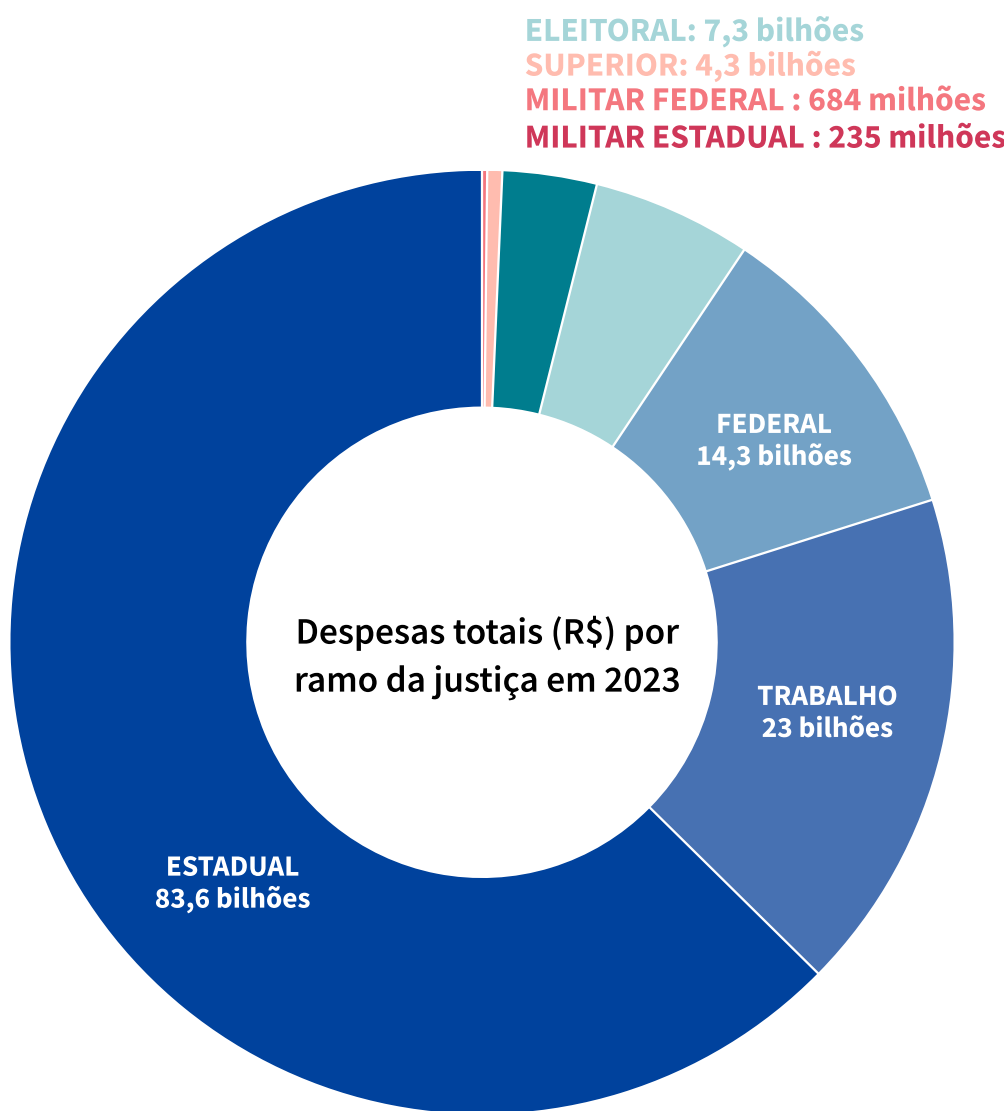
## TRIBUNAIS MILITARES TÊM O MAIOR CUSTO POR PROCESSO

72%

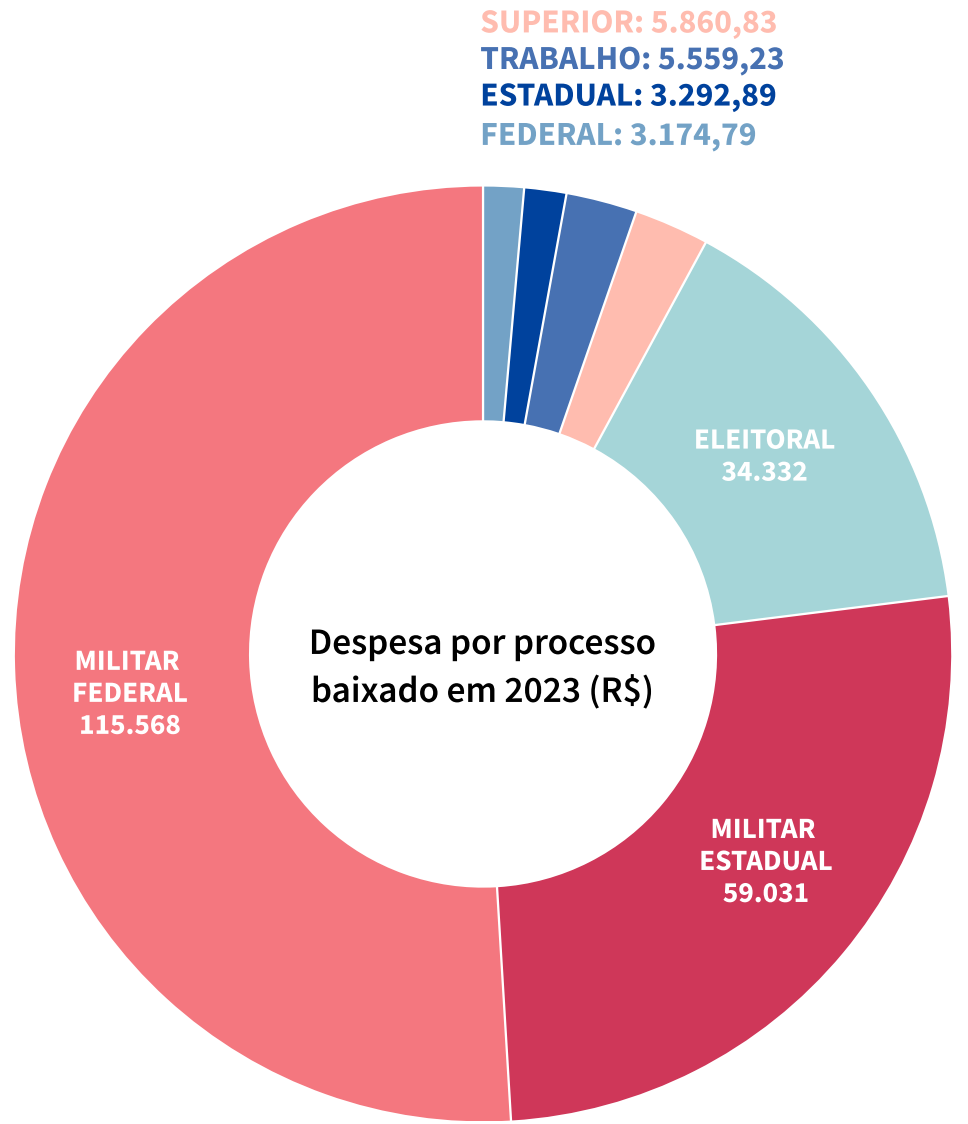
dos processos baixados em 2023 estavam nos TJs estaduais

35X

é a diferença entre o “custo” de cada processo baixado na Justiça Militar da União em relação ao dos TJs estaduais



Fonte: CNJ, Justiça em Números 2024.





# OS TRIBUNAIS MAIS CAROS PARA O CIDADÃO

- TJs do Distrito Federal, Rondônia e Amapá tiveram o maior custo per capita em 2023
- Nos últimos 10 anos, Mato Grosso e 3 estados da região Norte se alternam na vice-liderança
- No mesmo período, o Distrito Federal nunca saiu do topo do ranking

O aumento dos custos da justiça e a baixa arrecadação impactam no bolso no brasileiro, já que a diferença recai sobre o orçamento da União. Cruzando as informações divulgadas pelo CNJ em 2023 com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) do mesmo ano, feita pelo IBGE, é possível relacionar o custo per capita do Judiciário com informações sobre a renda dos cidadãos.

Na Justiça Estadual, o TJDF (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) lidera desde o início da série histórica, com um custo anual (em 2023) de R\$ 1.305 por habitante do DF, que tem uma população de apenas 2,8 milhões segundo o Censo 2022. No mesmo ano, o DF é seguido pelos TJs de Rondônia (R\$ 715), Amapá (R\$ 676) e Mato Grosso (R\$ 675).

O contraste entre as diferentes regiões do país é acentuado quando os exemplos acima são comparados com estados como o Ceará, com um custo de apenas R\$ 181 por habitante, Alagoas (R\$ 219) e Amazonas (R\$ 248). Nos últimos 10 anos, Mato Grosso, Amapá, Acre e Roraima são os que mais aparecem no topo do ranking, junto do DF.

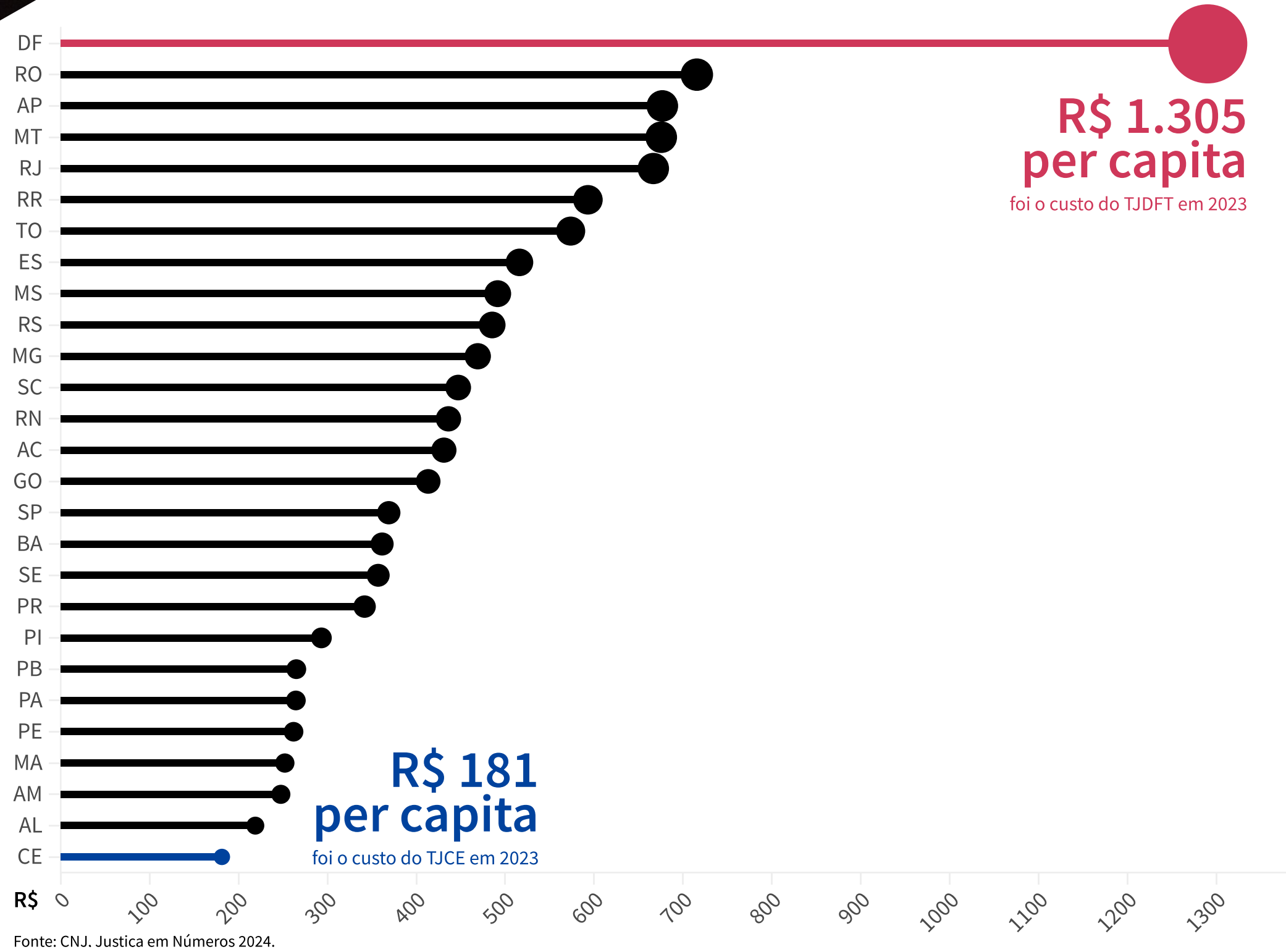
Quando se compara o dado acima com o rendimento médio mensal domiciliar per capita, as disparidades regionais ficam ainda mais evidentes, destacando um impacto desproporcional no bolso do cidadão, especialmente em estados com menor arrecadação.

Em Rondônia, que tem uma renda per capita média de R\$ 1.523 mensais, o TJ-RO custa R\$ 715 ao ano, o que indica que o cidadão rondoniense entrega quase a metade de um mês do seu rendimento (47%) para o judiciário estadual.

O DF, apesar de ter o maior rendimento médio do país (R\$ 3.125 ao mês), tem também o TJ mais caro para o cidadão, com um custo anual equivalente a 42% de um mês de renda. Na base do ranking está São Paulo, que tem a segunda maior renda média mensal do país (R\$ 2.414), mas cujo TJ, mesmo sendo considerado o maior tribunal do mundo em volume de processos, tem um custo médio anual de apenas R\$ 361 por habitante.

## Sobre o CNJ

O Conselho Nacional de Justiça, criado por emenda constitucional em 2004 e instalado no ano seguinte, tem o propósito de oferecer mais controle e transparência à administração do sistema judiciário. Sediado em Brasília, é responsável por receber petições, reclamações e representações contra órgãos do Judiciário, assim como processos disciplinares e encaminhamentos ao Ministério Público na ocorrência de crimes. Atua na avaliação do desempenho de juízes e tribunais a partir da execução orçamentária, assim como recursos humanos e tecnológicos, além das atribuições processuais de cada corte.



Fachada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em Brasília.

# TJ-SP TEM O MENOR IMPACTO SOBRE A RENDA MÉDIA

Comparação com dados da PNAD Contínua mostra a relação entre o custo anual dos TJs e o rendimento médio mensal real domiciliar per capita

## RONDÔNIA



O custo anual per capita do TJ de **Rondônia** corresponde a **47%** de um mês de renda média do cidadão.

## DISTRITO FEDERAL



No **Distrito Federal**, que tem o maior rendimento médio do país, **R\$ 3.125,00**, esse custo corresponde a **42%** de um mês de renda média.

## SÃO PAULO



**São Paulo**, vice-líder no rendimento médio per capita, é o estado com a menor proporção: **15%**.

## MARANHÃO



No **Maranhão**, que tem a menor renda média mensal do país, **R\$ 969,00**, o custo do TJ por habitante é de **R\$ 252,00** ao ano, ou **26%** do rendimento de um mês.